



Senado participa da luta contra a discriminação racial

Senadores pedirão à presidente Dilma Rousseff que faça uma solenidade especial para sancionar a lei que possibilita ação civil pública para proteger grupos raciais

O repúdio ao racismo dominou os discursos durante a sessão especial em homenagem ao Dia Internacional contra a Discriminação Racial, aos 30 anos do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista

Negro e ao centenário do ativista negro e ex-senador Abdias Nascimento.

Renan Calheiros, presidente do Senado, disse que, apesar dos avanços com o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas, ainda há muito a ser feito. **3**



Jane de Araújo/Agência Senado

Paulo Paim, Arísia Barros, Zezé Motta, Renan Calheiros, Elisa Larkin, Giovanni Harvey e Januário Garcia durante a sessão especial



Pedro Derani/Secom-AC

Caminhão tenta atravessar BR-364: fotos foram mostradas em Plenário

Senadores fazem alerta para cheia histórica do Rio Madeira

Representantes do Acre e de Rondônia cobram medidas para garantir a chegada de produtos bá-

sicos à população isolada pela água. Jorge Viana propõe auxílio para evitar aumento de preços. **6**

ACONTECEU NO SENADO

Inserção social de pessoas com Down recebe apoio em Plenário

Em sessão especial pelo Dia Internacional da Síndrome de Down, presidente do Senado

garantiu apoio a projetos voltados para beneficiar as pessoas com deficiência. **8**

Renan pede aos EUA acesso a documentos sobre ditadura **7**

Fim de recursos em tribunais superiores pode ser votado **3**

Parlamentos do Brasil e Europa assinam pacto de cooperação **2**

Pensionistas do Aerus pedem apoio do Congresso **4**

Acordo prevê R\$ 100 milhões para sanidade agropecuária **5**

Igualdade de gênero na política o Senado estampa essa ideia

Dia 19 de março, o Plenário do Senado foi palco do lançamento da campanha "Mulher na Política", promovida pelo TSE. A iniciativa contou com o apoio de uma ação inusitada: o símbolo da campanha de divulgação da sessão solene foi estampado no carpete do Plenário, substituindo — pela primeira vez em 15 anos — as imagens do Congresso Nacional e da Catedral de Brasília.

Confira mais sobre o Mês da Mulher em: <http://www12.senado.leg.br/senado/procuradoria>

Procuradoria Especial da Mulher

Secom | Foto: Agência Senado - Lia de Paula | Arte: Comark



Diretor-geral do Parlamento Europeu Riccardo Ribera (E) é recebido por Sérgio Sampaio e Helder Rebouças na Câmara

Parlamentos brasileiro e europeu firmam acordo

Documento de cooperação técnica prevê intercâmbio administrativo (inclusive de recursos humanos) e de informações, com aprendizado mútuo de atividades como processo legislativo e assessoramento

O DIRETOR-GERAL DA Câmara dos Deputados, Sérgio Sampaio, e representantes do Parlamento Europeu assinaram na sexta-feira memorando de entendimentos para cooperação técnica. O diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, também assinou o memorando, para que o Senado participe das próximas etapas da cooperação. A assinatura do documento foi o último evento da visita técnica do Parlamento Europeu ao Congresso brasileiro, na semana passada.

— A ideia é garantir a continuidade do que foi plantado durante a visita técnica — explicou Sampaio.

Pelo memorando, as partes continuarão a colaborar para o intercâmbio de informações,

a fim de promover o aprendizado mútuo de atividades, incluindo o processo e o assessoramento legislativo, trabalhos de pesquisa e práticas parlamentares. A ideia é que ocorra o intercâmbio em nível administrativo e que sejam desenvolvidos, ainda, programas regulares de intercâmbio de recursos humanos.

— São questões técnicas, de metodologia de trabalho, que uma Casa aprende com a outra. Queremos saber, por exemplo, como o Parlamento Europeu está captando o sentimento da sociedade, por meio da democracia eletrônica, e como eles lidam com a disponibilização imediata para o público de informações e dos registros dos trabalhos, lembrando que lidam com

24 idiomas — completou o diretor-geral da Câmara.

Sampaio acrescentou que o Legislativo brasileiro também já tem um bom trabalho na área de acesso a informações, que pode ser compartilhado.

O Parlamento Europeu olha com muito interesse o Congresso brasileiro, por ter interesses e desafios em comum, ressaltou o diretor-geral para Políticas Internas do Parlamento Europeu, Riccardo Ribera d'Alcalá.

Segundo ele, ambos os parlamentos têm escala continental e tratam de assuntos comuns, como meio ambiente, estímulo à indústria, luta contra a pobreza e economia sustentável.

(Com informações da Agência Câmara)

Praça das Bandeiras agrada visitantes do Senado

“Seria muito bom que cada brasileiro pudesse vir, pelo menos uma vez na vida, ao Congresso Nacional”. Na opinião de Aguirre Estorílio, coordenador de Visitação Institucional do Senado, manter as portas abertas para a população é obrigação do Parlamento. Durante as visitas guiadas ao Palácio do Congresso, os visitantes têm a oportunidade de aprender um pouco mais sobre a história do país, do Legislativo e de Brasília. Também recebem informações sobre as obras de arte expostas no Senado e na Câmara dos Deputados.

O programa de visitas funciona todos os dias, inclusive aos feriados, das 9h30 às 17h, com saídas de grupos a cada 30 minutos, a partir do Salão Negro. O agendamento, entretanto, é apenas para visitas de segunda a sexta. No Senado, a visita ampla é realizada aos fins de semana, segundas e sextas-feiras. Na quinta-feira, a visita é limitada a alguns locais



Visitante toca a bandeira de Minas Gerais: programa funciona das 9h às 17h30

apenas. Às terças e quartas, somente grupos agendados podem fazer a visita.

Estrangeiros que falam inglês, francês ou espanhol podem ser assistidos na visita guiada na língua nativa deles. Além disso, o Senado tem estrutura para receber pessoas com necessidades especiais de locomoção.

Idosos têm grande interesse nas aulas de história dadas na Praça das Bandeiras — onde estão representados todos os estados e o Distrito Federal, em ordem de criação — e no

Túnel do Tempo, corredor com fotos e informações sobre os momentos mais marcantes da história do Parlamento brasileiro. As crianças também estão entre os mais atentos, diz Aguirre.

Os guias são funcionários das duas Casas e estagiários de faculdades de História e Turismo.

A visita pode ser agendada em: <http://bit.ly/agendarVisita>. E para quem não pode vir a Brasília, é possível fazer a visitação virtual em: <http://bit.ly/SenadoVirtual>.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores.

CDH Greve no serviço público

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa realiza audiência pública interativa para tratar de greve no serviço público. Entre os participantes, Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, do Ministério do Planejamento, e Manoel Mesias Nascimento Melo, do Ministério do Trabalho e Emprego.

CONGRESSO João Agripino Filho

11h Sessão solene do Congresso Nacional destinada a homenagear o centenário de João Agripino Filho. O homenageado foi governador da Paraíba, deputado federal, senador e ministro de Minas e Energia.

TERÇA

CMA Compra de remédios

8h30 Projeto em pauta assegura ao consumidor o direito de comprar medicamentos na quantidade desejada.

CCT Identificação de ligação

9h Votação de proposta que determina que as companhias telefônicas identifiquem a prestadora de destino das chamadas realizadas pelo usuário, além de projetos que autorizam serviços de radiodifusão.

CAE Substituição tributária

10h Projeto que protege microempresas de prejuízos com substituição tributária consta da pauta da Comissão de Assuntos Econômicos.

CAE/CRE Projetos no exterior

11h O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, participa de audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional para falar sobre os financiamentos em projetos de infraestrutura no exterior.

CE Energia para universidades

11h Na pauta, projetos de redução das tarifas de fornecimento de energia elétrica às universidades públicas e de obrigatoriedade de exames oftalmológicos e auditivos nas escolas de ensino fundamental da rede pública.

CONGRESSO Diploma Bertha Lutz

11h Sessão solene sobre o Dia Internacional da Mulher, com a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2014, no Plenário do Senado.

CMO Eleição

15h Reunião de instalação e eleição dos membros da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara.

QUARTA

CAS Coleta de águas pluviais

9h Na pauta, projeto que institui incentivos e programas para implantação de sistemas de coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais em condomínios residenciais e comerciais.

SEXTA

CI Encerramento de fórum nacional

9h Sistematização das propostas e elaboração dos relatórios do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura. Às 15h, apresentação dos relatórios e encerramento.

CDR Fundo de municípios

9h A ministra do Planejamento, Miriam Belchior; o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski; e a presidente do IBGE, Wasmália Bivar, debatem o Fundo de Participação dos Municípios.

CCJ Educação básica

10h Análise de proposta que prevê plebiscito sobre federalização da educação básica. Outro projeto trata da transmissão de banca de jornais a herdeiros.

SEGURANÇA PÚBLICA União de polícias

12h Entre as propostas a serem discutidas na reunião da Comissão de Segurança Pública, estão o financiamento e a unificação das polícias civil e militar.

EDUCAÇÃO Plano de trabalho

14h A comissão criada para debater e propor soluções para o financiamento da educação realiza reunião para a apresentação de plano de trabalho.

CÓDIGO DO CONSUMIDOR Relatório

14h Votação do relatório final da Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor.

PROCURADORIA DA MULHER Debate

17h Em comemoração ao Mês da Mulher, o Senado promove debate sobre “Gênero, trabalho e família: as várias jornadas da mulher moderna”.

QUINTA

CI Abertura de fórum nacional

9h Abertura do 1º Fórum Nacional de Infraestrutura, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no Auditório Antonio Carlos Magalhães. O tema do evento será “O Brasil só será uma grande potência no dia em que adquirir o dom da eficiência”.

CRE Crise na Ucrânia

10h Os senadores ouvem o embaixador da Ucrânia, Rostyslav Tronenko, sobre a crise naquele país. Logo depois, o ministro da Defesa, Celso Amorim, participa de audiência pública interativa na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prestar informações sobre as ações desenvolvidas pela pasta.

CAS Suspensão de contrato

10h30 Debate sobre a suspensão de contrato de trabalho em caso de crise econômico-financeira de empresas. Entre os convidados, o presidente da Central Única dos Trabalhadores, Vagner Freitas de Moraes.

CAE/CRA/CRE Subsídios agrícolas

14h30 Audiência conjunta ouve o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Roberto Azevêdo, sobre os avanços na conferência da entidade, principalmente com a eliminação dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Sessão especial para celebrar o Dia Internacional contra a Discriminação Racial foi promovida na sexta-feira e teve homenagens ao ex-senador Abdias Nascimento

Senado destaca luta contra discriminação racial

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, informou que vai se juntar a outros senadores para pedir à presidente Dilma Rousseff que faça uma solenidade especial para sancionar o PLS 114/1997, recentemente aprovado no Congresso e que amplia a abrangência da Lei da Ação Civil Pública para proteger também a honra e a dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos. Para ele, seria necessário um evento “à altura da importância da lei”.

O tema racismo dominou a manhã de sexta-feira no Senado, que promoveu sessão especial em homenagem ao Dia Internacional contra a Discriminação Racial, aos 30 anos do Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro (Cidan) e ao centenário do ativista negro e ex-senador Abdias Nascimento.

— Lembro-me da indignação da presidente Dilma quando das manifestações racistas contra o jogador Tinga, do Cruzeiro. Apesar dos avanços promovidos com a aprovação de leis como o Estatuto da Igualdade Racial e a Lei de Cotas, ainda há muito a ser feito na luta contra a discriminação no Brasil — disse Renan.

O senador lembrou que,



Viúva de Abdias, Elisa Larkin discursa ao lado de Giovanni Harvey, Januário Garcia Filho e Francisco Quintino

apesar de a Constituição e o Código Penal combaterem a discriminação, as penas não têm sido suficientes para inibir o que ele classificou de “o mais abominável e desprezível crime da humanidade”.

Desigualdades

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), é triste ainda ser necessário o Plenário do Senado lembrar um dia para marcar a luta contra o racismo, visto tratar-se de um problema que já deveria ter sido eliminado da sociedade brasileira.

O parlamentar lamentou

recentes casos de preconceito no futebol e disse que Abdias deixou sua marca, mas cobrou ações que ainda aguardam implementação. Uma delas refere-se à eliminação das disparidades no sistema educacional brasileiro. Cristovam lembrou que os negros são a maioria entre os 40 milhões de adultos analfabetos brasileiros.

— Isso acontece porque não fizemos o dever de casa de uma boa escola para cada criança independentemente do credo, da cor e da renda de seus pais. Essa é a tarefa que Abdias nos deixou. O filho do mais pobre

tem que estudar na mesma escola do filho do mais rico. Isso é possível — discursou.

Preocupado com a luta pela igualdade no mercado de trabalho, o secretário-geral do Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial, Francisco Carlos Quintino da Silva, defendeu a política de cotas para negros no serviço público. Para isso, cobrou a aprovação do PL 6.738/2013, que destina a afrodescendentes 20% das vagas nos concursos públicos federais.

O ativista alertou ainda para as dificuldades enfrentadas

pelos haitianos que não param de chegar ao Brasil em busca de oportunidades.

Emoção

Emocionado, o senador Paulo Paim (PT-RS) leu os nomes de dezenas de negros brasileiros que se destacaram em áreas como esporte, arte e política e ainda fez questão de reverenciar a memória do líder africano Nelson Mandela.

Quem também se emocionou foi a atriz Zezé Motta ao falar do Cidan, entidade que fundou em 1984. Ela ressaltou o fato de o centro ter sido criado com o objetivo maior de abrir espaço para o artista negro no mercado de trabalho.

— Quando nós cobrávamos dos meios de comunicação, dos produtores e dos diretores a quase invisibilidade do negro na mídia, a resposta era que eles não conseguiam encontrar os artistas negros. E nós não conseguimos nunca entender como que se encontra o artista branco e não se sabe como encontrar o negro — afirmou.

A atriz falou sobre o curso de artes dramáticas para adolescentes de baixa renda ministrado pelo Cidan em comunidades carentes do Rio de Janeiro.

Ativista protesta contra morte de Cláudia Ferreira pela polícia

A sessão especial do Senado que celebrou o Dia Internacional contra a Discriminação Racial na sexta-feira foi marcada também pelo protesto da coordenadora do Instituto Raízes de Áfricas, Arísia Barros, contra a morte da auxiliar de serviços gerais Cláudia Silva Ferreira, que teve o corpo arrastado depois de jogado no porta-malas de uma viatura policial, no dia 16, em Madureira, subúrbio do Rio de Janeiro.

Ela disse que a morte de

Cláudia “reinventa as senzalas, os pelourinhos e os navios negreiros dos quais os escravos eram jogados ao mar, servidos aos peixes como alimento”, e não pode ficar impune.

A ativista lamentou o fato de a auxiliar de serviços gerais ter sido morta justamente no mês em que Abdias Nascimento faria 100 anos. Ela reivindicou a devolução de terras aos quilombolas e a aprovação pela Câmara e pelo Senado do PL 4.471/2012, do deputado Paulo

Teixeira (PT-SP), que altera o Código Penal para garantir mais rigor na apuração das mortes decorrentes da ação policial, especialmente quando classificadas como “resistência seguida de morte” ou “auto de resistência”.

— Queremos que o mortal racismo das terras de Cabral seja pautado como agenda prioritária do governo brasileiro, e não só nos campos de futebol, mas além da Copa do Mundo — reivindicou.



Arísia Barros, do Instituto Raízes de Áfricas: reinvenção dos pelourinhos

PEC dos recursos judiciais pode ser votada nesta semana

O Plenário do Senado pode votar nesta semana três propostas de emenda à Constituição (PECs): a que dificulta a criação de órgãos públicos por parte do Poder Executivo (PEC 34/2013), a que limita o uso de recursos em processos penais (PEC 15/2011) e a que acelera o exame dos tratados internacionais pelo Congresso (PEC 35/2011).

A PEC 15, do senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), extingue o recurso extraordinário, cabível junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), e o recurso especial, no caso do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Os dois seriam substituídos por ações

rescisórias, para anulação da decisão, mas somente após o efetivo início do cumprimento. O objetivo é evitar que esses recursos sejam usados para protelar decisões definitivas.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), porém, o texto foi modificado, de acordo com o relatório do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). A CCJ decidiu manter os dois tipos de recursos e apenas antecipar o início da execução da sentença. O texto aprovado na comissão garante a execução imediata da ordem de prisão em caso de sentenças proferidas por órgãos colegiados ou pelo tribunal do júri.

De autoria do senador José Agripino (DEM-RN), a PEC 34/2013 estabelece que órgãos públicos só poderão ser criados por meio de lei complementar, e não mais por lei ordinária, como atualmente. Para ser aprovado, um projeto de lei complementar exige maioria absoluta (pelo menos 41 votos no Senado e 257 na Câmara). A aprovação de projeto de lei ordinária requer maioria simples — a maioria dos presentes em uma sessão.

A PEC está pronta para votação desde o início do ano, mas o governo se opõe à mudança, apontando um risco de “engessamento”. Agripino, por sua vez,

aponta um “desmedido inchaço” da administração pública e argumenta que a mudança valorizaria o Poder Legislativo e contribuiria para a melhora da gestão pública.

Acordos

Por fim, o Senado pode apreciar a PEC 35/2011, que muda o processo de internalização de acordos internacionais. A proposta original, do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), propunha que a análise de acordos internacionais fosse feita exclusivamente pelo Senado, como forma de agilizar a tramitação dessas matérias. Atualmente, os acordos inter-

nacionais são analisados pelas duas Casas do Congresso.

Contudo, durante a tramitação do texto na CCJ, foi aprovado substitutivo do senador Jorge Viana (PT-AC), mantendo o modelo atual de tramitação das proposições e apenas abrindo a possibilidade de aprovação de regime de urgência, caso isso seja requerido pelo presidente da República ou por deliberação da Casa em que se encontrar.

Outro item na pauta é o projeto (PLC 62/2009) que estende a estabilidade do emprego a quem tiver a guarda do recém-nascido quando da morte da mãe.

Aposentados do Aerus pedem apoio a negociação

Pensionistas do fundo de previdência da Varig e Transbrasil pressionam no Congresso pelo recebimento de benefícios, depois que STF confirmou condenação da União ao pagamento de R\$ 7 bilhões de indenização

APOSENTADOS DO FUNDO de previdência Aerus, que reúne ex-empregados da Varig e da extinta Transbrasil, acompanharam as atividades do Plenário na sexta-feira em busca de apoio a um acordo com o governo para assegurar o repasse dos benefícios devidos pelo fundo, além da imediata correção dos valores. No dia 12, o Supremo Tribunal Federal manteve decisão que obriga a União a indenizar a Varig em até R\$ 7 bilhões, por tabelamento de tarifas entre 1985 e 1992.

Vinte aeronautas e aeroviários estão acampados no Salão Verde da Câmara há duas semanas. Eles denunciavam que o fundo fez o último depósito integral em 2006 e vem pagando apenas 8% do valor mensal devido a cada um, quase sempre pouco mais que um salário mínimo. Em agosto, eles também estiveram acampados no Congresso e conseguiram abrir negociações com o governo, mas não se chegou a um acordo.

— Desta vez só sairemos



Aposentados e pensionistas assistem à sessão do Plenário do Senado

daqui com uma garantia por escrito — disse Ivan Paulo Souza Martins, 72 anos, engenheiro de voo da Varig.

Martins ressaltou que outros credores disputam os recursos garantidos à Varig.

— Alguns são poderosos, como a Boeing, a General Electric e o próprio governo.

Os aposentados querem prioridade para o pagamento de créditos trabalhistas de quem estava na ativa na época da intervenção na Varig (2006) e depois os repasses ao Aerus, interrompidos. Ainda há duas ações contra o governo, uma

delas para recuperar uma das fontes de receitas do fundo, o correspondente a 3% da movimentação anual das companhias aéreas.

Antes de homenagem no Plenário ao combate à discriminação racial, Paulo Paim (PT-RS) disse que os pensionistas do Aerus também mereciam homenagens porque se sentem discriminados. Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que os aeroviários aposentados merecem respeito pelos bons serviços que prestaram ao país, em companhias como a Panair do Brasil e a Varig.

Paim cobra concurso de fiscal do trabalho

Paulo Paim (PT-RS) pediu ao Ministério do Planejamento que seja autorizado um concurso público para contratar 600 auditores fiscais do trabalho. Segundo ele, o Ministério do Trabalho já encaminhou o pedido do concurso, pois há 900 cargos vagos. Ainda de acordo com o senador, o pedido tem o apoio do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait).

— O último grande concurso [na área] aconteceu em 1984. O Brasil só tem hoje 2.759 auditores do trabalho para 200 milhões de habitantes — informou Paim.

A defasagem de fiscais do trabalho, segundo Paim, permite apuração de apenas 3 mil dos 700 mil acidentes de trabalho registrados no país.



Defasagem prejudica apuração de acidentes de trabalho, diz o senador

Durante o pronunciamento, o senador reproduziu trechos de discurso que fez dia 15, no Rio Grande do Sul, por ocasião do aniversário do governador

Tarso Genro. Paim, que faz aniversário no mesmo dia, destacou datas importantes celebradas no mês de março, como o Dia Internacional da Mulher (8) e o Dia Nacional da Poesia (14), que também coincide com o aniversário do Poeta dos Escravos, Castro Alves.

Ele citou ainda a realização de sessão especial do Senado, na sexta-feira, em comemoração ao Dia Internacional contra a Discriminação Racial, ocasião em que também foi celebrado o centenário de nascimento do ativista negro e ex-senador da República Abdias Nascimento.

— Ele deu sua vida pela liberdade, igualdade e justiça — afirmou Paim sobre o homenageado.

Comissão debate hoje greve no serviço público

Todo servidor público pode entrar em greve? Quais os serviços essenciais que não podem parar totalmente? Em caso de greve, como manter o atendimento? Essas são algumas questões a serem debatidas hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Participarão da reunião representantes de servidores públicos e dos Ministérios do Planejamento e do Trabalho.

Serão discutidos dois projetos: o PLS 287/2013, de autoria da CDH e fruto de sugestão do Fórum Nacional Permanente

de Carreiras Típicas de Estado, e o PLS 710/2011, apresentado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

- ▶ **Portal e-Cidadania:** www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHgreveEC>
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHgreveAS>
- ▶ **Facebook:** [eCidadaniaSF](https://www.facebook.com/eCidadaniaSF)
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** [@e_cidadania](https://twitter.com/e_cidadania)
- ▶ **Twitter:** [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado)
- ▶ **Twitter:** [#CDHSenado](https://twitter.com/CDHSenado) [#GreveSP](https://twitter.com/GreveSP) [#PLS287](https://twitter.com/PLS287)
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

Mozarildo critica governador por educação precária em Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou em Plenário, na sexta-feira, a situação da educação e a provável outorga, pela Universidade Estadual de Roraima, de um título de doutor honoris causa ao governador, José de Anchieta Júnior. O senador leu uma nota de repúdio do Diretório Central de Estudantes da universidade com críticas à possível homenagem.

— Esse governador, logicamente ele mesmo manobrando, quer ter o título de doutor honoris causa de uma universidade com a qual ele só tem contribuído para piorar a situação — afirmou o parlamentar.

Segundo Mozarildo, a Universidade Estadual de Roraima não funciona adequadamente porque o governo do estado não cumpre as obrigações para com professores e alunos. Ele criticou ainda o fato de o governador ter anunciado que vai deixar o cargo para disputar eleições para o Senado. Mozarildo acusa Anchieta de corrupção.

— Antes de assumir como vice-governador e, depois, assumir o governo pela morte do governador Ottomar [Pinto], ele era um empresário falido. Hoje tem uma mansão que



Carta de universitários de Roraima foi lida em Plenário por Mozarildo

dá inveja a muitas mansões Brasil afora, inclusive com uma piscina com a primeira letra do nome dele. E asfaltou a rodovia que dá acesso a essa mansão, só até a casa dele.

O senador também citou reportagem do jornal *Folha de Boa Vista* que trata do protesto de alunos do 7º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio contra a precariedade de estrutura física e pedagógica da Escola Severino Cavalcante.

Outro texto do jornal lido pelo senador relata a carência de professores com formação específica nas 12 disciplinas obrigatórias do ensino médio.

Avança mudança em nome de sede de universidade em Pernambuco

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) reconheceu a constitucionalidade de projeto de lei da Câmara (PLC 70/2011) que muda o nome do edifício-sede da Universidade Federal do Vale do São Francisco, em Petrolina (PE), para Edifício Mansueto de Labor. O autor da proposta, deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), alega que o homenageado foi o primeiro opositor do sertão pernambucano a assumir uma cadeira de deputado estadual durante o regime militar.

A votação na CCJ foi solicitada por Waldemir Moka (PMDB-MS), relator da proposta na Comissão de Educação e Cultura (CE), onde haverá a votação final. Na CCJ, o texto da Câmara teve voto contrário de José Pimentel (PT-CE).

Segundo o relator, Armando Monteiro (PTB-PE), o PLC 70/2011 chegou a ter parecer pela rejeição na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, sob o argumento de afrontar o princípio da autonomia universitária. Esse foi o aspecto que norteou a análise de Armando. Após consultar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),



Relator da proposta na CCJ, Armando foi favorável à mudança

porém, ele concluiu que a denominação de um edifício administrativo ou de qualquer outro bem não diz respeito à autonomia das universidades.

Apesar dessa orientação do relator, Pimentel decidiu votar contra a iniciativa por considerar que a proposta afronta a autonomia universitária. Na avaliação dele, a denominação de prédios de universidades é uma atribuição dos conselhos universitários. O presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), estava presente à votação do projeto na CCJ e disse concordar com a opinião de Pimentel sobre o assunto.

Marcos Oliveira/Agência Senado



Ao lado de Luiz Henrique, Lindbergh Farias coordena reunião da CAE: projeto deve ser substituído por aporte adicional

Senadores fazem acordo para sanidade animal e vegetal

Negociação com o governo prevê remanejamento de R\$ 100 milhões do Orçamento para a atividade a fim de evitar a aprovação de projeto que estabelecia em lei vinculação de recursos orçamentários

NEGOCIAÇÃO CONDUZIDA POR integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) resultará em aporte adicional de R\$ 100 milhões para a sanidade animal e vegetal. Os entendimentos começaram no dia 11, quando o presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ), colocou em votação projeto (PLS 591/2011) que veda o contingenciamento de recursos orçamentários para a atividade.

A proposta, de autoria do ex-senador Antonio Russo, tinha relatório contrário do líder do governo no Congresso Nacional, senador José Pimentel (PT-CE). Ele alegou a existência de uma série de vinculações de recursos para rejeitar o que

considerou mais um engessamento do Orçamento da União. De acordo com o parlamentar, quase 90% dos recursos são vinculados, restando ao Executivo a gestão discricionária de pouco mais de 10% das verbas.

O relatório de Pimentel gerou reação de vários senadores, como Waldemir Moka (PMDB-MS), Blairo Maggi (PR-MT), Luiz Henrique (PMDB-SC) e Kátia Abreu (PMDB-TO). Na reunião da CAE do dia 18, o projeto voltou à pauta, mas foi retirado a pedido de Pimentel, que anunciou “a construção de um acordo” envolvendo o aporte adicional de R\$ 100 milhões, este ano, para a sanidade animal e vegetal.

Para fazer isso, conforme o líder do governo, o Executivo enviará ao Congresso Nacional um projeto de lei remanejando recursos de outros setores para a sanidade animal e vegetal. O acordo, segundo Pimentel, envolve mais dois pontos: a manutenção do veto parcial à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 (LDO) e a não alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) — a mudança era prevista no projeto de Russo.

Agora, os parlamentares estão esperando que o governo cumpra sua parte no entendimento, enviando o projeto ao Congresso Nacional. Enquanto isso, o exame do PLS 591/2011 fica suspenso na CAE.

Figueiró destaca crescimento da apicultura e qualidade do mel

Ruben Figueiró (PSDB-MS) elogiou a contribuição da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para o desenvolvimento da apicultura, em especial no Pantanal. Segundo o senador, o mel brasileiro é hoje um dos mais cobiçados do mundo devido à produção sustentável e livre de agrotóxicos.

A produção apícola nacional triplicou nos últimos anos, de acordo com a Confederação Brasileira de Apicultura (CBA), superando as 40 mil toneladas anuais. O Brasil é o 11º produtor no ranking mundial.

— Esse salto decorreu de circunstâncias variadas, como o embargo ao mel chinês ocorrido há alguns anos, em consequência da contaminação da produção por antibióticos não permitidos para o consumo humano. Foi ainda em decorrência da crise que se instalou entre produtores americanos e europeus, mas também pela determinação dos 350 mil apicultores brasileiros e

do apoio de órgãos como a Embrapa — disse Figueiró.

Além de não ser uma atividade cara, a apicultura, afirmou Figueiró, apresenta uma série de vantagens competitivas, como o baixo impacto ambiental, que permite a utilização permanente de recursos naturais. Ele destacou que o Pantanal é uma região propícia para a produção do mel por contar com uma grande variedade de florada típica.

No mesmo pronunciamento em Plenário, na sexta-feira, Figueiró lamentou a atitude tomada pelo governo do Distrito Federal de ceder para assentamentos uma área da Embrapa Cerrados com 90 hectares na BR-020.

— O que estamos vendo na capital da República é o descaso com essa grande instituição nacional. É óbvio que a aproximação de uma vizinhança estimada em 20 mil pessoas vai prejudicar os experimentos de campo da Embrapa Cerrados — disse o senador.



Produção de mel triplicou com ajuda de órgãos como a Embrapa, diz senador

José Cruz/Agência Senado

Sancionadas regras para produção e venda de vinho colonial

A presidente Dilma Rousseff sancionou na quarta-feira a Lei 12.959/2014, que disciplina a produção e a comercialização de vinho por agricultor familiar ou empreendedor familiar rural. A norma, originária de projeto do deputado e ex-ministro do Desenvolvimento Agrário Pepe Vargas (PT-RS), determina que o chamado vinho colonial seja fabricado com no mínimo 70% de uvas produzidas na

propriedade rural familiar e na quantidade máxima de 20 mil litros anuais. Além disso, a elaboração, a padronização e o envasilhamento do produto devem ser feitos exclusivamente no imóvel rural do agricultor.

Em relação à comercialização do vinho, o projeto estabelece que a venda deve ser feita diretamente ao consumidor final, na sede da propriedade onde foi produzido,

em estabelecimento mantido por associação ou cooperativa de produtores rurais ou em feiras da agricultura familiar.

Dilma vetou, no entanto, dispositivo que previa a comercialização do vinho colonial por meio de emissão de nota do talão de produtor rural. Segundo manifestação do Ministério da Fazenda, a previsão poderia ser interpretada como desobrigação da emissão de nota fiscal,

necessária na sistemática de arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Na votação da proposta (PLC 110/2013) no Plenário do Senado, em fevereiro, os senadores gaúchos Pedro Simon (PMDB) e Ana Amélia (PP) destacaram o alcance social e político da regulamentação, com aumento de renda e geração de empregos no campo.

Dilma também sancionou na quarta-feira leis com novos cargos para os Tribunais Regionais do Trabalho da 12ª e da 20ª Região, com sede em Florianópolis e Aracaju, respectivamente.

A Lei 12.957/2014 cria 23 cargos, todos na especialidade Tecnologia da Informação, para o TRT-12. Já a Lei 12.958/2014 cria 15 cargos, também em Tecnologia da Informação, para o TRT-20.

Subcomissão discute mobilidade urbana em Porto Alegre

Thomise Melo/Agência ALPS



Inácio (D) se reuniu com governantes e representantes de entidades no Sul

Os desafios da reforma urbana foram tema de debate entre políticos e especialistas em Porto Alegre na quinta-feira e em Curitiba na sexta-feira. Os encontros são promovidos pela Subcomissão de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, criada para discutir propostas de melhoria na estrutura e nos serviços das grandes cidades e regiões metropolitanas.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) participou da

reunião com governantes e representantes de entidades políticas e econômicas da região de Porto Alegre.

Em entrevista à Rádio Senado, o parlamentar informou que duas grandes dificuldades foram apontadas na capital gaúcha:

— Uma é a questão da mobilidade urbana e a outra é um forte debate com o problema das cooperativas habitacionais que desenvolvem programas dentro do Minha Casa, Minha

Vida. Estão sendo criadas dificuldades por parte do governo para que elas possam contribuir com construções de alta qualidade e com custos muitas vezes menores do que os custos das grandes empresas — explicou o senador.

As sugestões recebidas serão analisadas pela subcomissão. Ao todo, 11 capitais de todas as regiões do país serão visitadas pela comitiva de senadores, que já esteve em Natal no dia 13.

Representantes do Acre e de Rondônia alertam para o desabastecimento de municípios que ficaram ilhados após o nível da água subir 19,32 metros acima do normal

Enchente do Rio Madeira mobiliza senadores



Viana discute amanhã com presidente do BNDES crédito para o comércio

A HISTÓRICA ENCHENTE do Rio Madeira e as dramáticas consequências para a população voltaram a mobilizar na semana passada os senadores dos estados da Região Norte, em especial Acre e Rondônia. Desde fevereiro, eles se revezam em Plenário para chamar a atenção das autoridades, cobrar soluções e elogiar medidas já tomadas.

O efeito mais grave da cheia, para Jorge Viana (PT-AC), tem sido a dificuldade de acesso a vários municípios, prejudicando o abastecimento de produtos básicos.

Ele fez questão de esclarecer o que levou o nível a subir 19,32 metros acima do normal:

— As hidrelétricas não têm nada a ver com a cheia. Ela está vinculada a uma quantidade de chuva nunca vista e isso se dá na Bolívia, a 400 quilôme-

tros de distância — afirmou.

Ele exibiu fotografias das áreas atingidas e de caminhões tentando atravessar a estrada alagada. Segundo Viana, a média de tráfego de 500 carretas por dia está reduzida a 10%.

— Imaginem um estado que não escoar sua produção. Ao não entregar sua mercadoria, os frigoríficos deixam de receber [pagamentos]. E a população não está tendo acesso a produtos de primeira necessidade — relatou.

Ele destacou entendimento com o Ministério dos Transportes para providenciar travessias de balsa nos trechos interrompidos da BR-364.

Amanhã, o senador discutirá com o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, a abertura de linha de crédito com juros diferenciados aos comerciantes para evitar que a menor

oferta de produtos provoque aumento de preços.

Por sua vez, Anibal Diniz (PT-AC) ressaltou a importância da limpeza das áreas alagadas antes do retorno das famílias, como acontece em Rio Branco. Acir Gurgacz (PDT-RO) também elogiou o socorro e a assistência às vítimas em Rondônia e se disse preocupado com o impacto da enchente sobre a agricultura.

Valdir Raupp (PMDB-RO) e Ivo Cassol (PP-RO) comemoraram a decisão da Justiça que permite a construção de uma estrada para dar acesso aos municípios isolados de Nova Mamoré e Guajará-Mirim.

Sérgio Petecão (PSD-AC) pediu ao governador do Acre, Tião Viana, que busque com a bancada federal soluções para ajudar a população atingida pelas cheias.



Valdir Raupp elogiou a Justiça por autorizar construção de estrada



Anibal Diniz elogiou iniciativa de higienizar áreas tomadas pela água



Cheia do Rio Madeira deixou submerso o distrito de São Carlos, em Rondônia: causa seria excesso de chuvas na Bolívia



Ivo Cassol comemorou decisão que beneficia cidades isoladas



Petecão pediu ao governo do Acre que busque solução com as bancadas



Acir Gurgacz vê com preocupação prováveis impactos na agricultura

Senado doa mudas do Cerrado para Jardim Botânico de Brasília

O Jardim Botânico de Brasília recebeu na quarta-feira cerca de 800 mudas de espécies nativas do Cerrado produzidas pelo viveiro do Senado. Entre as espécies, estão jacarandá, sibipiruna, pau-ferro, ipê-amarelo e aroeira.

— A doação alinha-se com o objetivo do Programa Senado Verde de promoção da gestão ambiental por meio da educa-

ção e de projetos voltados para a sustentabilidade — explicou o diretor-geral do Senado, Helder Rebouças.

O Jardim Botânico de Brasília atua na preservação da flora e do bioma Cerrado, na pesquisa científica e em projetos de educação ambiental.

De acordo com o responsável técnico pelo viveiro, Mario Viggiano, o projeto paisagístico

do Senado não comporta mais o plantio de árvores de grande porte. Por isso, o Senado Verde entrou em contato com diversas instituições públicas de Brasília, entre elas o Jardim Botânico, que se interessou em receber as mudas para reflorestamento de áreas atingidas pela ação humana nas dependências do próprio Jardim Botânico e em áreas adjacentes.



Andrea Bakaj e Mario Viggiano (2º à dir.) entregam as mudas no Jardim Botânico

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Renan Calheiros
- Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana
- Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá
- Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro
- Segunda-secretária:** Ângela Portela
- Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira
- Quarto-secretário:** João Vicente Claudino
- Suplentes de secretário:** Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

- Diretor-geral:** Helder Rebouças
- Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretor:** Davi Emerich
- Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos
- Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

- Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
- Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
- Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
- Site:** www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

- Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333
- Editor-chefe:** Silvío Burle
- Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil
- Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex
- Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
- Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti
- Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
- Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
- Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Renan pede ao Congresso dos EUA documentos sobre ditadura no Brasil

Comissão de senadores pode ir aos Estados Unidos, caso necessário, para obter registros de violações aos direitos humanos entre 1964 e 1988

50 ANOS DO GOLPE O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, formalizou solicitação ao Congresso dos Estados Unidos de documentos sobre o período da ditadura no Brasil. Renan atende a um pedido da Comissão Nacional da Verdade, que investiga violações aos direitos humanos durante o regime militar, de senadores que integram a Comissão de Direitos Humanos (CDH) e de João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart. Eles levaram a questão ao presidente do Senado na terça-feira.

Segundo Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), as informações pedidas se referem a relatórios do Departamento de Estado, do Departamento de Defesa, da CIA e de outras autarquias do governo norte-americano. Apesar de o Congresso dos Estados Unidos não ser obrigado a repassar as informações, Randolfe está otimista e disse que está disposto a, se for necessário, ir aos Estados Unidos com outros senadores para conseguir os documentos.

— Acho que por bem deverá ter uma resposta por parte do Congresso americano. Sugerimos que, se for necessário, uma comissão do Senado brasileiro vá aos Estados Unidos para ter acesso aos documentos — explicou Randolfe.

João Vicente, que busca provas de que o ex-presidente João Goulart, o Jango, foi vítima de

um atentado, ressaltou que o pedido do Senado vai contribuir para as investigações da Comissão da Verdade sobre violação aos direitos humanos na ditadura.

Renan está confiante numa resposta do Congresso norte-americano. Ele ressaltou a importância de uma exposição que está aberta no Congresso, até 13 de abril, sobre os 50 anos do golpe militar.

— Essa exposição é maravilhosa porque permite, sobretudo, um momento para reflexão de que tudo aquilo que aconteceu há 50 anos na supressão de democracia e liberdade. Isso não pode voltar a acontecer no nosso país.

A exposição *Onde a Esperança se Refugiou*, que é gratuita e foi inaugurada na quinta-feira, pode ser visitada todos os dias, das 9h às 17h, no Salão Negro do Congresso.



Biden, presidente do Senado dos EUA e vice-presidente norte-americano



Filho de Jango, João Vicente sugere a Renan a solicitação dos documentos

Íntegra da carta ao Congresso americano

O texto, enviado na sexta-feira, pede acesso a documentos americanos relativos às violações de direitos humanos no Brasil entre os anos de 1964 e 1988

Ao Excelentíssimo Senhor **Joe Biden**
Presidente do Senado dos Estados Unidos da América

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, com base no longo histórico de boas relações bilaterais entre os Estados Unidos da América e a República Federativa do Brasil, a fim de solicitar a colaboração do Congresso dos Estados Unidos da América no sentido de apoiar a luta pelos direitos humanos no Brasil e o resgate histórico de um período nebuloso de supressão das liberdades democráticas em nosso país.

Em abril de 2014, o golpe de estado militar havido no Brasil completará 50 anos. A despeito do atual retorno à normalidade democrática, restam muitos episódios a serem esclarecidos, vítimas a serem reconhecidas e danos a serem reparados.

Para isso, mostra-se essencial a colaboração das instituições norte-americanas, com vistas a facilitar o acesso aos dados e informações que eventualmente possuam e que tenham sido conservadas ao longo dos anos. Com esse intuito, seria de especial interesse a desclassificação dos documentos relativos às violações de direitos humanos e liberdades democráticas havidas no Brasil entre os anos de 1964 e 1988.

Comissão de parlamentares brasileiros deverá solicitar encontros com representantes do Congresso dos Estados Unidos da América a fim de tratar do tema em apreço. Assim, muito agradecerá contar com o apoio que Vossa Excelência possa dedicar ao tema, que é de grande relevância para o resgate histórico desses fatos havidos no Brasil, com valioso impacto sobre a proteção dos direitos humanos que, como sabemos, é uma causa que une nossos dois países.

Com minhas mais respeitadas saudações, renovo votos de estima e apreço.

Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal

Comissão debate situação da Crimeia e operações do BNDES

O ministro da Defesa, Celso Amorim, deverá vir ao Senado na quinta-feira para falar sobre as ações da pasta em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Com início às 11h, a reunião atende resolução do Senado que prevê o comparecimento anual da direção das Forças Armadas para prestar informações. Antes disso, às 10h, a CRE debaterá a situação da Crimeia. Os senadores querem ouvir o embaixador da Ucrânia no Brasil, Rostyslav Tronenko.

A CRE também promoverá audiências públicas conjuntas. Amanhã, com a Comissão de Assuntos Econômicos, deve ouvir o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, sobre operações internacionais em logística. Na quinta-feira, com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Agricultura e Reforma Agrária, o colegiado ouve o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Roberto Azevêdo, sobre os avanços obtidos nas reuniões em Bali, na Indonésia, em dezembro.



Presidente do BNDES, Coutinho deve vir à reunião da CRE e da CAE

Regras tributárias serão examinadas amanhã

O senador Walter Pinheiro (PT-BA), presidente da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 627/2013, que altera regras contábeis e tributárias, marcou para amanhã a análise da minuta parcial do relatório do deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

O trecho já liberado vai do artigo 1º ao 71º, que dizem respeito basicamente ao Regime Tributário de Transição, criado em 2007 para adequar as regras brasileiras às regras internacionais. A parte que trata da tributação de empresas ainda não foi distribuída.



Comissão presidida por Pinheiro analisa proposta que altera normas contábeis

Na quinta-feira, lideranças da base do governo se reuniram com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para tratar do assunto. O encontro

não teve a participação de Cunha, que havia garantido na semana passada que deixaria o texto longe de interferências políticas. Ele foi um dos pivôs da recente crise entre o PMDB e o PT. Na segunda-feira, em entrevista à imprensa, Cunha disse que não haveria confronto e que tinha compromisso com a presidente Dilma Rousseff sobre um acordo.

Só depois de votada pela comissão mista, a medida provisória pode seguir para para análise — primeiro, do Plenário da Câmara, e, depois, do Senado.

Prazo maior para IR sobre lucros no exterior

O líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que o Planalto cedeu na negociação do prazo para pagamento de Imposto de Renda sobre lucros no exterior,

previsto na MP 627/2013.

Pela proposta inicial do governo, as empresas teriam cinco anos para recolher os impostos devidos sobre lucros obtidos fora do Brasil, sendo

que 25% do lucro deveria ser incorporado ao balanço no primeiro ano. O relator da MP, Eduardo Cunha, ampliou o prazo para oito anos.

(Da Agência Câmara)

Possíveis mudanças

O QUE A MP 627/2013 ESTABELECEU

- Mudou a forma de **tributação dos lucros** obtidos por multinacionais brasileiras vindos de suas empresas controladas e coligadas no exterior.
- Harmonizou regras que regem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com os novos critérios contábeis implantados pelas chamadas **Normas e Padrões Internacionais de Contabilidade** (IFRS, na sigla em inglês).
- Extinguíu o **Regime Tributário de Transição** (RTT), em vigor atualmente (Lei 11.941/2009). Criado em 2007, o RTT realiza uma convergência gradual das regras brasileiras vigentes para as regras internacionais. A nova sistemática — e o consequente abandono do RTT — pode ser adotada voluntariamente pelos contribuintes desde 1º de janeiro de 2014. De 1º de janeiro de 2015 em diante, a mudança é obrigatória.
- Estabeleceu condições mais atraentes para que bancos, seguradoras e multinacionais façam adesão aos **Programas de Recuperação Fiscal** (Refis).
- Unificou o **Livro de Apuração do Lucro Real** (Lalur), o **Controle Fiscal Contábil de Transição** (FCONT) e a **Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica** (DIPJ).

AS PROPOSTAS DO RELATOR

- Alteração de cinco para oito anos do prazo para as multinacionais brasileiras pagarem **Imposto de Renda** resultante de lucros auferidos por suas filiais no exterior. Pela proposta do governo, 25% do lucro deveria ser incorporado ao balanço no primeiro ano. Cunha baixou o percentual para 17%.
- Previsão para que estados e municípios recebam os repasses das cotas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a que têm direito nos **Fundos de Participação dos Estados** (FPE) e **dos Municípios** (FPM), nos casos em que tais recursos tenham sido depositados judicialmente.
- Isenção para que o bacharel de Direito possa realizar a **prova da OAB** sem a necessidade de pagamento de taxa.
- Redução do valor das multas às empresas por atraso ou incorreções no envio de informações por meio digital ao **Sistema Público de Escrituração Digital** (Sped).
- Alteração na Lei 11.457/2007 para endurecer as **sanções ao auditor fiscal** que constituir crédito tributário ou aplicar multa pecuniária contrariando súmulas da Advocacia-Geral da União (AGU), do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF).

ACONTECEU NO SENADO

Senado celebra data e garante apoio à inserção social de pessoas com síndrome de Down

Dia Internacional da Síndrome de Down teve sessão solene e exposição de artista com a deficiência

O Senado promoveu sessão especial para celebrar o Dia Internacional da Síndrome de Down, comemorado em 21 de março. O requerimento para a sessão foi do presidente do Senado, Renan Calheiros, e de Wellington Dias (PT-PI), Lindbergh Farias (PT-RJ), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), entre outros parlamentares.

— Antes estigmatizada, felizmente, hoje, verificamos que a síndrome pode e deve ser encarada como uma particularidade na vida das pessoas, fato esse que não as impede de estudar, trabalhar, fazer arte e ter, enfim, uma rotina produtiva — assinalou Renan.



Diretor Marcelo Galvão (de pé) e atores do filme *Colegas* participaram da sessão especial no Plenário

O presidente garantiu apoio total a projetos voltados para melhorar as condições de vida das pessoas com deficiência. Ele citou, por exemplo, o PLS 110/2012, de autoria de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM),

que permite a dedução, em dobro, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física, de encargo por dependente com síndrome de Down.

Participaram da solenidade no Senado representantes de várias

entidades ligadas ao tema; o diretor do filme *Colegas*, Marcelo Galvão; os três protagonistas do filme, Ariel Goldenberg (Stallone), Rita Pokk (Aninha) e Breno Viola (Márcio); e outros profissionais da produção.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA PODERÁ SER USADA PARA PROTEÇÃO DE GRUPOS ÉTNICOS E RELIGIOSOS

O Senado aprovou na quarta-feira, em votação simbólica, substitutivo da Câmara a projeto que busca ampliar a proteção da dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos (PLS 114/1997). O texto, como aprovado, estende a abrangência da ação civil pública à proteção da honra e da dignidade desses segmentos. Agora, o projeto seguirá para sanção presidencial.

O projeto foi apresentado em 1997 por Abdias Nascimento,



Abdias Nascimento apresentou a proposta no Senado em 1997

morto em 2011, conhecido pela luta em prol da igualdade para as populações afrodescendentes. À época, o senador disse considerar inegável a dispersão e a precariedade da legislação a respeito do tema.

PROPOSTA GARANTE CONVIVÊNCIA ENTRE PRESOS E SEUS FILHOS

O Senado aprovou na terça-feira projeto que busca assegurar a convivência familiar — por meio de visitas periódicas — a filhos cujo pai ou mãe esteja preso. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 58/2013, de iniciativa do Executivo, altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) para garantir o direito. O texto segue para a sanção presidencial.

O senador Humberto Costa (PT-PE), que relatou o projeto, explicou que o objetivo do texto é garantir, na prática, direitos que já

estão assegurados nas leis. Para ele, embora já exista a previsão legal da preservação da convivência familiar, as condições objetivas dos presídios não são favoráveis.

— Com o projeto, nós passamos a garantir que essas condições sejam oferecidas — afirmou.



Humberto diz que projeto vai garantir direitos existentes

APROVADAS REGRAS PARA AUMENTAR TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DO FGTS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na quarta-feira mecanismos de transparência e de prestação de contas aplicáveis ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), além de regras que democratizam a gestão do fundo. Pela proposta (PLS 49/2012), de autoria de Paulo Bauer (PSDB-SC), dirigentes do Conselho Curador do fundo terão de comparecer ao Senado após os primeiros 60 dias do ano para apresentar relatório de gestão com



Bauer propõe democratizar gestão do Fundo de Garantia

informações detalhadas sobre as atividades do período anterior.

A matéria modifica a estrutura do Conselho Curador, que passa a ter composição paritária da representação compartilhada entre empregados, empregadores e governo.

AVANÇA EXIGÊNCIA DE RENÚNCIA PARA CHEFES DO EXECUTIVO TENTAREM REELEIÇÃO



Vital do Rêgo (D) comanda reunião da CCI que aprovou a PEC

Proposta de emenda à Constituição (PEC 73/2011) aprovada quinta-feira pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) torna obrigatória a renúncia dos chefes do Executivo que se candidatam à reeleição. Eles devem deixar o cargo seis meses antes do pleito.

A exigência de afastamento consta de substitutivo de Luiz Henrique (PMDB-SC). Na versão original, o autor propôs o afastamento do cargo. Para o relator, no entanto, a redação poderia dar a entender que esse afastamento não seria definitivo.

SIMON DIZ QUE EXPOSIÇÃO SOBRE DITADURA INSPIRA A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO AMANHÃ

Autor da iniciativa que levou o Senado a promover a exposição *Onde a Esperança se Refugiou*, Pedro Simon (PMDB-RS) fez um emocionado discurso na abertura do evento na quinta-feira para pedir aos jovens que

não esqueçam esse momento histórico e que, olhando o que aconteceu, construam um novo amanhã.

— Estamos parando para lembrar o desvio que o Brasil teve em 21 anos, até a retomada da democracia — disse.



Simon pediu atenção para que o país não volte a enfrentar o retrocesso

PREJUÍZO DA PETROBRAS COM REFINARIA PROVOCA DISCUSSÃO ENTRE SENADORES

A notícia de que a presidente Dilma Rousseff votou favoravelmente à aquisição, pela Petrobras, de uma refinaria obsoleta em Pasadena, Estados Unidos, gerou debate no Plenário na quarta-feira, quando Aécio Neves (PSDB-MG) cobrou explicações do governo federal.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) perguntou a Aécio por que ele não tratou do tema antes e classificou o pronunciamento do parlamentar de oportunista.

Em resposta, o senador lembrou que foi exatamente a ação dos tucanos que fez com que os inquéritos fossem abertos.

PLENÁRIO AUTORIZA AUDITORIA NA CAIXA E NA PETROBRAS

O Plenário do Senado aprovou semana passada dois requerimentos para que o Tribunal de Contas da União (TCU), na condição de órgão auxiliar do Congresso, promova auditoria nos gastos da Petrobras na construção do Petroleiro João Cândido e na carteira do Fundo de Investimentos do FGTS, administrado pela Caixa.

TOMBINI ADMITE QUE INFLAÇÃO RESISTE E PROMETE VIGILÂNCIA

Em audiência na terça-feira, o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, reconheceu que as altas variações dos índices nos últimos 12 meses indicam que a inflação “ainda mostra resistência”. De acordo com Tombini, o momento é de manter-se vigilante.



Marcos Oliveira/Agência Senado

COM PARTICIPAÇÃO DO CONGRESSO, TSE LANÇA CAMPANHA PELA MULHER NA POLÍTICA

Com o slogan “Faça parte da política”, o TSE lançou no Congresso uma campanha para que

as mulheres se façam mais presentes nos espaços de poder, concorrendo a cargos eletivos.



Vanessa Grazziotin é a procuradora especial da Mulher no Senado

VEJA A SELEÇÃO DE FOTOS DA SEMANA

Acesse <http://bit.ly/senadoFotos21mar>.